

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.464.767 - RS (2019/0071566-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**AGRAVANTE** : RICARDO SOARES PEREIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

### DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o agravante foi condenado como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incs. I e II, e § 3º, in fine, c/c art. 14, inc. II, (roubo e latrocínio tentado) e art. 333, *caput*, (corrupção ativa) todos do Código Penal, na forma do art. 69 do Código Penal, e art. 244-B da Lei n. 8.069/90 (corrupção de menor), na forma do art. 70, segunda parte, do Código Penal, à pena privativa de liberdade de 21 anos de reclusão, em regime fechado, e à pena de multa de 37 dias-multa, à razão mínima.

Irresignadas as partes, interpuseram recurso de apelação, restando o da acusação parcialmente provido para reconhecer a agravante do art. 61, II, h, do CP e o da defesa para redução da pena-base, impondo ao réu a pena de 20 (vinte) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime inicial fechado.

O acórdão restou assim ementado:

*APELAÇÕES CRIMINAIS. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFESA. ROUBO MAJORADO. ART. 157, §2º. INCS. I E II, DO CÓDIGO PENAL. LATROCÍNIO TENTADO. ART. 157, §3º C/C ART. 14, INC. II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. CORRUPÇÃO ATIVA. ART. 333 DO CÓDIGO PENAL. CORRUPÇÃO DE MENORES. ART. 244-B DA LEI 8.069/90. EXISTÊNCIA DOS FATOS E AUTORIA COMPROVADOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA CONFIRMADA EM RELAÇÃO AO RÉU RICARDO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA EM RELAÇÃO A JOZIAS. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS QUANTO AOS CRIMES DE CORRUPÇÃO DE MENORES, LATROCÍNIO E RECEPÇÃO. MAJORANTES DO ROUBO MANTIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DO LATROCÍNIO PARA ROUBO. CONDUTA DOLOSAMENTE DISTINTA NÃO CARACTERIZADA.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**INVIABILIDADE DE RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA E DO CONCURSO FORMAL. AGRAVANTE ETÁRIA RECONHECIDA EM RELAÇÃO AO CRIME DE LATROCÍNIO TENTADO. APENAMENTO REDIMENSIONADO.**

**IMPOSSIBILIDADE DE ISENÇÃO DA PENA DE MULTA.**

1. Comprovada a existência dos crimes de roubo majorado, latrocínio tentado, corrupção ativa e corrupção de menores e recaindo a autoria sobre o acusado Ricardo, a manutenção da condenação mostra-se impositiva. Na oportunidade, o réu apelante praticou o roubo majorado (1º fato) com o adolescente D., levando veículos e pertences da vítima Jeferson. Na seqüência, tentou assaltar a vítima Teresinha e, após reação desta, disparou contra ela, atingindo-lhe a perna. Após a prática dos roubos, quando tentava se desfazer do automóvel do ofendido Jeferson, foi abordado pela guarnição policial, tendo oferecido a esta quantia em dinheiro para se livrar da prisão. Relatos das vítimas, aliados à confissão (parcial) de Ricardo e ao depoimento da policial militar, que se mostram suficientes para embasar o decreto condenatório. De ressaltar que, demonstrada a presença de adolescente na prática delitiva, incide o teor do art. 244-B do ECA, sendo prescindível, conforme a Súmula 500 do STJ, a prova da corrupção.

2. A inexistência nos autos de provas seguras e inequívocas de que o denunciado Jozias tenha efetivamente praticado os crimes de latrocínio tentado e receptação (e consequentemente de corrupção de menores) implica absolvição em atenção ao disposto no art. 386, inc. VII, do CPP e aos princípios da presunção da inocência e do in dubio pro reo, cumprindo seja mantida o decreto absolutório em relação a ele. Na espécie, a vítima Teresinha não deu certeza quanto ao reconhecimento de Jozias. Demais disso, a policial militar ouvida durante a instrução afirmou que quem dirigia o veículo roubado era Ricardo.

3. Majorantes do roubo mantidas. O uso de arma de fogo pelo acusado Ricardo restou devidamente demonstrado, de forma inequívoca, nos autos, razão pela qual deve incidir a majorante do emprego de arma. Além disso, comprovado que o crime foi praticado pelo apelante e pelo adolescente, mantida a incidência da majorante prevista no inc. II do § 2º do art. 157 do CP. Desnecessidade de comprovação do prévio ajuste de vontades entre os agentes para a incidência dessa majorante.

4. Conduta dolosamente distinta em relação a Ricardo não identificada no caso vertido.

5. Inviável a desclassificação do latrocínio tentado para roubo, eis que devidamente demonstrado pela prova oral que o acusado, após a reação de fuga da vítima, disparou contra ela, atingindo-a na perna. A alegação defensiva de que o acusado efetuou disparo acidental não vinga, eis que a vítima foi categórica ao referir que o réu gritou para que não corresse e, logo na seqüência, disparou contra ela.

6. Descabe postular o reconhecimento da

# *Superior Tribunal de Justiça*

*continuidade delitiva entre os roubos majorado e qualificado, pois são delitos de espécies diversas.*

7. *Inviável acolher o pedido de reconhecimento do concurso formal (próprio) entre o roubo e a corrupção de menores, na medida em que os referidos crimes resultaram de desígnios autônomos e decorreram de ações dolosas independentes. Mantida a incidência da regra do concurso formal impróprio.* 8. *Roubo majorado. Basilar mantida em 04 anos e 06 meses de reclusão, diante da valoração negativa das vetoriais antecedentes, circunstâncias do delito e conseqüências do crime. Na segunda fase, mantida a compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência. Na terceira etapa, pela presença da majorante do emprego de arma, confirmada a exasperação da pena em 1/3. Pena definitiva confirmada em 06 anos de reclusão. Pena de multa mantida em 15 dias-multa, à razão mínima. Latrocínio tentado. Basilar mantida em 21 anos de reclusão, diante da valoração dos antecedentes e das conseqüências do crime. Na segunda fase, confirmada a compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência. Reconhecida a agravante etária (art. 61, inc. II, "h", do Código Penal), visto que a vítima tinha mais de 60 anos de idade à época do fato. Na terceira fase, pela tentativa, confirmada a redução da pena na metade. Pena definitiva redimensionada para 10 anos e 09 meses de reclusão. Pena de multa mantida em 10 dias-multa, à razão mínima. Corrupção ativa e corrupção de menores. Mantida a valoração negativa da vetorial antecedentes, ficando a pena em relação ao delito de corrupção de menores confirmada em 01 ano e 06 meses de reclusão e a do crime de corrupção ativa reduzida para 02 anos e 06 meses de reclusão. Na segunda fase, ausente insurgência quanto ao ponto, mantida a compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea. Pena de multa da corrupção ativa confirmada em 12 dias-multa, à razão mínima. Concurso material. Pela soma das penas, resta a pena privativa de liberdade total do acusado fixada em 20 anos e 09 meses de reclusão. Pena de multa total confirmada em 37 dias-multa, à razão mínima (art. 72 do Código*

*Penal). Regime fechado mantido. Inviável a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, nos termos do art. 4 do Código Penal.*

9. *A multa é uma das espécies de sanção prevista para os delitos (roubo, latrocínio e corrupção ativa), razão pela qual a sua exclusão ou isenção viola o princípio constitucional da legalidade. Por isso, a condenação em relação à multa não pode ser excluída com base no fundamento de falta de recursos financeiros do condenado.*

**RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.**

Foram opostos embargos infringentes, que foram desacolhidos, por maioria.

# Superior Tribunal de Justiça

Em sede de recurso especial, a defesa aponta violação ao disposto nos arts.157, § 2º, I e II, c/c 14, II, 71 e 59, todos do Código Penal. Sustenta que confessou a tentativa de subtração do automóvel, mas negou veementemente que tivesse a intenção de lesionar a vítima. Argui que faltou a comprovação do elemento subjetivo do tipo, razão pela qual não se configurou o delito constante no art. 157, segunda parte, do CP. Assegura que, por inexistir morte da vítima, mas lesão leve, não se pode ter por configurado o delito de latrocínio tentado, mas o de roubo.

Aduz que foi violado o enunciado da Súmula n. 444 do STJ, devendo a pena-base ser fixada no mínimo legal.

Aponta que deve ser reconhecida a hipótese de crime continuado por se tratarem de crimes da mesma espécie, pelas mesmas condições de tempo e maneira de execução.

A r. decisão agravada inadmitiu o recurso especial, haja vista os óbices contidos nas Súmulas n. 07/STJ, n. 284/STF e n. 83 do STJ.

Em agravo em recurso especial, a defesa rebate os fundamentos.

Contraminuta as fls. 660/665.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 678/684).

É o relatório. Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnados os fundamentos da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

De início, quanto ao *animus necandi* do recorrente, o Tribunal entendeu por evidenciado, basta a conferência dos seguintes trechos do aresto hostilizado:

*E, com a devida vênia ao percuciente voto vencido, após analisar o depoimento da ofendida, estou acompanhando a maioria, pois entendo estar evidenciado o animus necandi de RICARDO.*

*Inicialmente, não me deparo com qualquer indício de que o disparo tenha sido acidental, como alegou o réu e, ainda, no contexto descrito por Teresinha, entendo que a intenção de RICARDO era, efetivamente, atingi-la definitivamente para obter a posse das chaves do carro que pretendia subtrair ou, o que o relato da ofendida também*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*permite cogitar, para ingressar na residência.*

*Em juízo, Teresinha narrou o momento do disparo da seguinte forma: "Eu só tinha duas coisas na mão, uma era a chave do carro e a outra era o controle. O controle eu estava acionando e ele disse "não fecha", e eu corri e fechei, passei agachada. Quando eu entrei no primeiro portão ele me deu o tiro. Eu olhei para trás assim e ele estava me olhando e baixando a arma. E eu continuei correndo, passei agachada pelo segundo portão porque são dois portões e o sangue correndo".*

*Veja-se que o relato de Teresinha é rico em detalhes e evidencia o agir rápido de RICARDO ao se deparar com sua reação, demonstrando estava disposto a tudo a fim de assegurar a execução do crime, tendo, inclusive, abaixado a arma para mirá-la contra a vítima, que deu-lhe as costas e, concomitantemente, agachou-se para entrar pelo vão do portão.*

*Ora, o acusado disparou o revólver na direção de vítima que estava fugindo da abordagem e precisou se agachar para passar pelo portão que havia acionado em ação desesperada diante do anúncio do assalto e RICARDO efetuou o disparo abaixando a arma justamente para acompanhar o movimento realizado por Teresinha. O fato de ter atingido a perna da vítima e não região letal representa, ao meu sentir, erro de pontaria, como consta na acusação e não ausência de animus necandi (...) (fls. 583/584)*

Com efeito, a desconstituição do entendimento do Tribunal *a quo*, para atender o pleito defensivo, no sentido de que não havia a intenção de matar por parte do agente, demandaria o reexame do conjunto probatório dos autos, providência vedada pela Súmula n. 07/STJ.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.  
ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE INCURSÃO NA SEARA  
FÁTICO-PROBATÓRIA. INOCORRÊNCIA.**

*O debate de teses jurídicas sem extrapolar os limites fáticos delineados pelas instâncias antecedentes não viola o enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, uma vez que não se está diante de situação que demanda reexame, mas apenas a reavaliação dos elementos probatórios considerados.*

**LATROCÍNIO. TENTATIVA. DESCLASSIFICAÇÃO.  
ROUBO TENTADO. HOMICÍDIO TENTADO. ANIMUS NECANDI  
COMPROVADO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

*1. "se houve prova de que o acusado agiu com animus necandi, no crime de roubo, não ocorrendo a consumação da morte por circunstâncias alheias à vontade do réu, conclui-se pela ocorrência da tentativa de latrocínio e não o roubo qualificado pela lesão corporal de natureza grave."*

# Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no REsp 1647962/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 15/03/2017) 2. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1660.053/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 4/6/2018)

Destarte, aproveito o ensejo do precedente acima exposto para afastar a tese desclassificatória, uma vez que *"se houve prova de que o acusado agiu com animus necandi, no crime de roubo, não ocorrendo a consumação da morte por circunstâncias alheias à vontade do réu, conclui-se pela ocorrência da tentativa de latrocínio e não o roubo qualificado pela lesão corporal de natureza grave."*

Incidente, no ponto, a Súmula n. 83/STJ.

No que toca à pena-base, afasto a ofensa à Súmula 444 desta Corte, pois restou consignado que *"afora a condenação configuradora da reincidência, registra condenação definitiva referente a fato praticado antes deste posto em julgamento (certidão de fls. 270/271 - processo n. 0001/2.15.0072230-6), passível de ser considerada nesta fase."* (fl. 513).

Registre-se a inviabilidade de confirmação da afirmativa do Tribunal de origem em razão do óbice da Súmula n. 7/STJ, pois implicaria em revolvimento de provas dos autos, o que não é permitido nesta via recursal.

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator